A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) – Parágrafos 383 - 403

106. A Comissão, juntamente com o Secretariado da NEPAD, concebeu uma proposta conjunta que o Comité de Implementação dos Chefes de Estado e de Governo da NEPAD (HSGIC) analisou durante a sua Sessão de Reflexão em Argel, Argélia. Consequentemente, a Comissão não tem dificuldades em endossar as recomendações feitas pelo Painel sobre a Integração da NEPAD dentro das estruturas e processos da União Africana. Porém, recomendamos que o órgão que deverá substituir o Secretariado do NEPAD, deve ser uma Agência e não uma autoridade. Por outro lado, a Comissão deseja enfatizar que a ausência em garantir que a integração da NEPAD tenha lugar, de maneira a contribuir para o seu avanço, não apenas o desenvolvimento do Continente, mas também o processo de integração. Portanto, ela espera que as recomendações do Painel sejam aceites e implementadas.

Financiamento da União Africana e Gestão dos seus Recursos - Parágrafo 404 - 431

107. A Comissão, desde o início, quis observar que esta secção do Relatório do Painel, apresenta o maior desafio para ela e para os Estados Membros. Isto porque ele contém uma séria de imprecisões e as informações em que o Painel baseou as suas conclusões e recomendações são incorrectas. A Comissão acha que, em muitas questões, as opiniões e recomendações do Painel seriam muito diferentes, se tivesse verificado os factos com a Direcção da Comissão.

108. A Comissão admite que existem muitas áreas na gestão dos seus recursos que devem ser melhoradas. Por exemplo, a justificação relativa as contribuições dos parceiros foi problemática. Todavia a Comissão deseja lembrar o seguinte.

109. Em 2003, a Comissão, perante a insistência dos Estados Membros, solicitou a Firma Ernst & Young (E&Y) que analisasse as estruturas e processos financeiros e de gestão com vista a aconselhar este órgão continental sobre a forma como melhorar a sua performance nessas áreas. Por outro lado, em 2005/2006, a Comissão concordou com os Estados Membros e os seus parceiros que a Firma Ernst & Young devia efectuar uma avaliação institucional com vista a analisar que áreas precisam ainda de ser melhoradas. A Comissão confirma que as recomendações da E&Y estão a ser implementadas, embora alguns equipamentos e instrumentos previstos não tivessem sido recebidos.

110. A este respeito, a Comissão deseja realçar que as acções a seguir indicadas foram tomadas de maneira a melhorar a gestão dos recursos da União.

111. Após a conclusão do seu trabalho, as recomendações da E&Y foram levadas à consideração do Conselho em Cartum, que as endossou. Depois disso, a Comissão da UA intensificou as suas acções no sentido de estabelecer um Sistema de Informação e Gestão Integrado (SIGS). O SIGS tem dois componentes: O

Sistema de Informação e Gestão Financeira Integrado (SIGF) e os Sistemas de Informação sobre a Gestão e a Informação em matéria de recursos humanos. Logo que esses sistemas estiverem operacionais o SIGS oferecerá a CUA um sistema moderno de para melhorar os seus sistemas financeiros e de gestão de recursos humanos, reforçando assim, as suas operações, responsabilidade e transparência.

112. A primeira fase da implementação do SIGS centrou-se nas actividades de concessão que incluiu a reorganização dos processos de trabalho e culminou com a preparação de ofertas públicas e a solicitação de documentos de proposta. O concurso relativo ao "software" (lote 1) e o hardware, bem como o software (lote 2) foi lançado em 15 de Maio de 2006, e as selecções respectivas tiveram lugar em 10 de Agosto e 23 de Novembro de 2007, na sequência de uma avaliação geral.

113. A Comissão da União Africana, para aplicar com rigor a moral e as operações de gestão financeira, reviu os Regulamentos existentes e apresentou a sua versão revista que foi aprovada pelo Conselho, em Banjul, em 2007. Por outro lado, a CUA levou a cabo a uma revisão completa dos seus processos de gestão financeiros e traçou algumas orientações e manuais de funcionamento que serão transferidos para o SIGS, logo que estiverem operativas. Uma carta de auditoria e o seu manual foram também concluídos por uma Firma de Consultoria contratada para o efeito a saber, a Deloitte & Touche.

114. Entretanto, a Comissão da União Africana concebeu e deu início à implementação de uma iniciativa conhecida como Mecanismo para a Transparência da Gestão de Fundos dos Doadores (MTFGD). O MTFGD é um mecanismo provisório que assegurará o desenvolvimento de propostas de projectos de qualidade, a gestão eficiente e transparente de fundos e o aprovisionamento, assim como a qualidade da informação e a sua prontidão. Melhorará também a gestão e coordenação de todo o trabalho e servirá como método provisório até à introdução efectiva do SIGS.

115. O facto da CUA estar a enfrentar problemas de consolidação do processo de mudança institucional, enquanto ao mesmo tempo está a implementar programas prioritários aprovados pelos Estados Membros, simultaneamente com um processo de recrutamento em curso, significa que a falta de capacidade surgiu e só poderá ser ultrapassada com o tempo, a medida que o processo de mudança institucional avançar.

116. É neste contexto que a CUA decidiu formar um pequeno grupo multidisciplinar, mais eficiente, de funcionários para conceber medidas que visem ultrapassar esta falta de capacidade, até que os novos sistemas sejam implementados e comecem a funcionar e o processo de recrutamento seja concluído. O MTFGD foi concebido de forma a deixar de existir, depois de um período de dois anos e o SIGS absorverá os sistemas, os processos, instrumentos e moldes desenvolvidos no seu âmbito.

117. O MTFGD está actualmente a funcionar, com a conclusão dos processos, instrumentos e o formato seguinte:

- Os moldes de projectos propostos que realçam os resultados e os indicadores de desempenho;
- Estabelecer processos para a revisão do objectivo do projecto de orçamento antes da sua apresentação ao CRP;
- Acordo de normalização de financiamento conjunto para facilitar a angariação de verbas através de parceiros, facilitando assim a flexibilidade e a previsão do fluxo de recursos e também da redução de custos de transacções por parte da Comissão da União Africana, através da informação harmonizada;
- O plano de trabalho provisório que facilitará a discriminação e o calendário de actividades, tornando assim mais fácil a tarefa de identificar e informar sobre os progressos na implementação. Isto fará também com que haja alguma responsabilidade de transparência na implementação e informação sobre o Orçamento-Programa;
- O formato provisório de informação que facilitará a disseminação semestral (tanto narrativa como financeira), facilitando assim, a revisão ao meio do ano da implementação orçamental, bem como a revisão do desempenho anual geral e a informação;
- Software (programa) de contabilidade que permitirá a produção atempada de relatórios de implementação de programa;
- O Manual de Contabilidade Financeira, assim como directrizes de gestão de fundos para permitir a gestão real e transparente do financiamento de programas.

118. Para além do acima exposto e no contexto do MTFGD, a CUA, concluiu a preparação de um Manual de Aprovisionamento Revisto. Isto foi feito por um consultor do Crown Agents com o apoio financeiro do DFID a fim de rever os actuais processos de aprovisionamento com vista a harmonizá-los com os Regulamentos Financeiros revistos, bem como com as melhores práticas internacionalmente reconhecidas:

119. O Projecto do Manual foi todo revisto por um grupo entre-Departamentos internos. Comentários importantes foram apresentados ao consultor antes da finalização do Manual. O Manual foi igualmente partilhado com alguns parceiros pertinentes, a fim de avaliar a sua conformidade com as melhores práticas internacionalmente aceites. A resposta dos parceiros assim como a de outras fontes internas foram afirmativas.

120. Os consultores estão agora numa fase avançada de finalização dos instrumentos e dos moldes para a utilização do Manual de Aprovisionamento Revisto e o produto final deverá ser entregue em finais de Janeiro de 2008. Os programas

de formação sobre a utilização do Manual serão levados a cabo pela CUA, assim como por outros órgãos e Escritórios Regionais. Os agentes da Crown certificarão por escrito que as operações de aprovisionamento da CUA estão agora em conformidade com as melhores práticas internacionalmente reconhecidas.

121. A CUA está totalmente empenhada em melhorar os seus sistemas de funcionamento através da utilização de instrumentos e processos eficientes, que aumentarão a prestação de contas e a transparência. Neste contexto, estão a ser explorados meios e formas para acelerar a implementação do Programa de Transformação Institucional (PTI), com base nas iniciativas acima mencionadas. A este respeito, o processo de recrutamento de um Director do PTI, com o financiamento da Comissão Europeia, já se encontra numa fase avançada. O recrutamento de um Director para o PTI a tempo integral dará um novo ímpeto e à coordenação, na implementação do programa.

122. A Comissão teria colocado esta informação à disposição do Painel, se a questão tivesse sido levantada junto de um dos funcionários da sua Direcção, particularmente, o Gabinete do Presidente. Ela espera que fique claro que a asserção no parágrafo 415 segundo a qual "nenhuma acção interna foi levada a cabo no sentido de adoptar-se as novas Normas e Procedimentos internacionalmente aceites", não está de modo algum, correcto. De facto, os nossos parceiros já aceitaram que, uma vez que o trabalho sobre os procedimentos de aprovisionamento esteja concluído e todos os instrumentos desenvolvidos estão estabelecidos, ficarão contentes em aplicá-los, em vez de utilizar os seus próprios. A elaboração de um acordo financeiro conjunto um grupo de parceiros nossos também prova o facto de estarmos actualmente a fazer bons progressos.

123. A Comissão lamenta o facto do Painel ter mencionado no parágrafo 416, o Passaporte da União Africana, como um incidente semelhante ao que aconteceu à Conferência de Dakar. A Comissão considera a questão da Conferência de Dakar muito séria, que deploram tanto e até convidou uma Firma independente (Ernst & Young) para analisar a questão. A Comissão admitiu que houve muita coisa errada na gestão dessa Conferência. Está-se a tomar medidas no sentido de clarificar todas essas questões e a direcção da Comissão comprometeu-se a não repetir as mesmas falhas no futuro. Por conseguinte, não há semelhança entre o Passaporte da União Africana e a Conferência de Dakar. Se, por um lado, a Comissão concorda que um ou outro aspecto não tenha estado em total conformidade com o espírito dos Regulamentos, por outro, os processos requeridos foram respeitados em grande medida.

124. Os factos principais que seriam postos à disposição, se este assunto fosse levantado perante a Direcção da Comissão, são os seguintes:

- i) Na sequência das propostas sobre o assunto, a UA recrutou um Consultor a fim de elaborar um documento de orientação sobre o estabelecimento da Livre Circulação em África, assunto esse que se relaciona com os Passaportes Diplomáticos e de Serviço Africanos; os

regimes de Visto e de Autorização de Residência; deportações e expulsões em massa;

- ii) Várias reuniões foram realizadas sobre este assunto e decisões tomadas, que incluíram as seguintes:
 - a) A Conferência Ministerial sobre as Questões de Imigração, que decorreu em Trípoli, Líbia de 17 a 18 de Junho de 2005;
 - b) Esta Conferência foi precedida de uma reunião de Peritos Governamentais sobre as Questões da Imigração, que também decorreu em Trípoli, Líbia, de 15 a 16 de Junho de 2005;
 - c) O Conselho Executivo analisou o Relatório da Reunião Ministerial e adoptou a Decisão EX.CL/Dec. 211 (VII) em Sirte, Líbia, em Julho de 2005
- iii) Foram tomadas as seguintes medidas para implementar a Decisão EX.CL/Dec.211 (VII).
 - a) Um Comité de Peritos dos Estados Membros, com a responsabilidade de dar orientações à Comissão sobre as questões relacionadas com a Livre Circulação de Pessoas em África, foi estabelecido em Agosto de 2005. Foi composta a Mesa do Comité de Peritos dos Estados Membros sobre a Livre Circulação, como se segue: (Nigéria, Presidente; Líbia, 1º Vice-presidente; África do Sul, 2º Vice-presidente; Sudão, 3º Vice-presidente; Burundi, Relator. O Comité incluiu também representantes a nível regional, nomeadamente a Namíbia, Austral; Djibuti, Oriental, Senegal e Burquina Faso, Ocidental; Camarões, Central e o Egipto e a Argélia, Norte;
 - b) A Comissão organizou uma reunião da Mesa de 15 a 16 de Junho de 2006, de traçar orientações sobre a implementação da EX.CL/Dec. 211 (VII), especialmente dos aspectos que se relacionam com a emissão de um Passaporte Diplomático Africano;
 - c) A Mesa organizou várias reuniões sobre a forma como implementar a decisão relativa a emissão de um Passaporte Diplomático Africano, uma das quais foi a reunião que se realizou a 15 de Fevereiro de 2007, onde a Mesa, por constrangimentos de tempo, foi recomendada no sentido de não submeter a selecção nenhuma Empresa de Impressão num processo de candidatura pública da UA, mas sim escolher uma capaz de produzir os Passaportes Diplomático e de Serviço da UA;

- d) A Mesa endossou ainda a recomendação do Comité de Peritos sobre a Livre Circulação de Pessoas em África, no sentido de seleccionar uma Empresa Africana para fornecer o documento. Desta feita, o consultor da UA foi solicitado a elaborar o projecto de especificidades técnicas e os requisitos de segurança que indicariam o padrão previsto de Passaporte. A CUA foi também solicitada a enviar as especificidades técnicas aos Estados Membros, como medida de acompanhamento às comunicações anteriores, recordando a anterior enviada em Dezembro de 2006, que pedia aos Estados Membros com capacidade de produzir Passaportes, no sentido de manifestar o seu interesse a CUA;
- e) O Consultor foi então solicitado a rever todos os pedidos dos Estados Membros relacionados com as Normas estabelecidas e seleccionar algumas Empresas que reuniam os critérios adoptados. Depois, a Comissão convidou as Empresas seleccionadas a revelarem as suas amostras de Passaporte e os diferentes aspectos de segurança à Mesa do Comité de Peritos sobre a Livre Circulação;
- f) A Comissão recebeu apenas cinco (5) respostas dos Estados Membros, todas sob forma de Notas Verbais, indicando a sua capacidade e interesse de produzir um Passaporte Diplomático da União Africana;
- g) Após o que, as Empresas foram convidadas a fazerem a exposição durante a reunião da Mesa, a 12 de Março de 2007, onde a Empresa de Impressão Sul-africana foi a escolhida. Um relatório que avalia as várias ofertas públicas se encontram disponíveis;
- h) Depois da selecção da Empresa Sul-africana, 40.000 Passaportes Diplomáticos e de Serviço da UA foram encomendados com os respectivos equipamentos e dispositivos de verificação dos Passaportes;
- i) Antes de se efectuar os pagamentos à Empresa Sul-africana, a questão foi apresentada ao Conselho de Adjudicação da UA para aprovação, durante a reunião que teve lugar a 8 de Junho de 2007. O Conselho de Adjudicação não aprovou a medidas tomada pela Comissão e o Comité de Peritos dos Estados Membros.

125. A Comissão concorda que se cometeu um erro, pelo facto de não se ter referido o trabalho técnico feito pelos Peritos dos Estados Membros ao Conselho de Adjudicação, após destes terem concluído o seu trabalho. Isto é lamentável. O facto é que o trabalho do Conselho de Adjudicação teria sido facilitado dado que nenhum membro do Conselho tem os conhecimentos técnicos necessários sobre a produção dos Passaportes.